

ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
CC RODRIGO ZAYAS DE ABRÊO

A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA DE 1962:  
a manobra de crise sob a perspectiva da teoria da coerção

Rio de Janeiro

2023

CC RODRIGO ZAYAS DE ABRÊO

A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA DE 1962:  
a manobra de crise sob a perspectiva da teoria da coerção

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF(RM-1) Cláudio Luiz de Lima Martins.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2023

## DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR  
(LOCAL DA CHANCELA)**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter iluminado o meu caminho durante toda a minha jornada até aqui.

À minha esposa, Paula, por todo amor, dedicação e sacrifícios feitos para me apoiar e cuidar tão bem de nossa família.

Às minhas filhas Giovana e Luísa por serem a motivação e energia renovadora de cada dia, o sorriso de vocês é o farol de que garante a certeza do retorno tranquilo ao nosso lar.

À Escola de Guerra Naval, pelos conhecimentos transmitidos, conduzido pela direção, corpo docente e por toda a administração.

Ao meu orientador, CF(RM1) Lima Martins, minha gratidão pelo suporte e orientações prestados ao longo deste trabalho.

Aos companheiros do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2023, em especial aos amigos da Turma “Almirante Sylvio de Noronha”, agradeço o convívio agradável e cordial ao longo do curso.

“Os principais fundamentos que os Estados têm, tanto os novos como os velhos, são as boas leis e as boas armas.”

(Nicolau Maquiavel 1469-1527)

## RESUMO

O propósito desta pesquisa é confrontar o modelo conceitual da teoria da coerção utilizada pelos Estados como diplomacia e os acontecimentos ocorridos no desenrolar da Crise dos Mísseis de Cuba de 1962. Com especial atenção às decisões, no nível político, a ameaça ao emprego da força militar como forma de influenciar o Estado visado a alterar o seu comportamento e o emprego do Poder Naval durante a manobra de crise. Para alcançar este propósito é utilizada a confrontação da teoria com a realidade, empregando-se de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa fundamentou-se nos conceitos teóricos da coerção pelo pensamento de Thomas C. Schelling (1966), que descreveu a aplicação da coerção nas formas passiva e ativa. Para tal, classificou-as como dissuasão e compulsão, respectivamente. Após comparar as características do arcabouço teórico com a evolução da crise mencionada, concluiu-se que um Estado deve ter a capacidade militar compatível com os seus interesses. A pesquisa indicou que o Poder Político é o responsável em conduzir a manobra de crise, podendo ou não ceder diante da coerção de outro Estado, dependendo dos interesses envolvidos ou vantagens que acredita poder atingir, e precisa conhecer as reais capacidades militares do seu Estado, que combinadas com as vantagens idealizadas no campo político serão preponderantes para tomada de decisão. Finalmente, identificam-se as características ativa e passiva da coerção ao longo da Crise dos Mísseis de Cuba.

**Palavras-chave:** Coerção; Crise; Diplomacia; Mísseis; Poder Naval.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa preparado pela CIA apresentando os alcances dos mísseis soviéticos.....	49
Figura 2 – Linha de bloqueio estabelecido durante a Operação Quarentena.....	50
Quadro 1 – Relação do material transportado pelos navios soviéticos durante a Operação Anadyr..	51
Quadro 2 – Controle dos navios mercantes com destino a Cuba no período de 22 a 28 outubro 1962.....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA	-	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNO	-	<i>Chief of Naval Operations</i>
DMD	-	Doutrina Militar de Defesa
DMN	-	Doutrina Militar Naval
EUA	-	Estados Unidos da América
EXCOMM	-	<i>Executive Committee of the National Security Council</i>
GSVK	-	<i>Soviet Group Force</i>
IRBM	-	<i>Intermediate Range Ballistic Missile</i>
JCS	-	<i>Joint Chief of Staff</i>
MRBM	-	<i>Medium Range Ballistic Missile</i>
NM	-	Navio Mercante
OEA	-	Organização dos Estados Americanos
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OTAN	-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO



## O

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>A COERÇÃO E O SEU EMBASAMENTO TEÓRICO</b> .....	12
2.1	Crise internacional político-estratégica.....	12
2.2	O emprego do poder naval em manobra de crise.....	13
2.3	A Coerção e suas modalidades.....	15
2.4	Diferenças entre compulsão e dissuasão.....	17
2.5	A distinção entre o uso da força bruta e coerção.....	19
<b>3</b>	<b>A CRISE DOS MÍSSEIS – SEUS ANTECEDENTES E DESFECHO</b> .....	22
3.1	Após a IIGM, a divisão ideológica da paz.....	22
3.2	O contexto da Guerra Fria.....	22
3.3	Os precedentes da crise.....	24
3.4	Operação Anadyr – Sucesso militar, armadilha política.....	26
3.5	A Operação Quarentena.....	31
<b>4</b>	<b>A MANOBRA DE CRISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COERÇÃO</b> .....	37
4.1	O sucesso da dissuasão.....	37
4.2	O emprego do Poder Naval durante a Crise dos Mísseis.....	39
4.3	Características da compulsão durante a Crise dos Mísseis.....	40
4.4	O emprego da diplomacia da violência.....	42
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	44
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	47
	<b>ANEXOS</b> .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo encontrava-se dividido politicamente entre dois sistemas ideológicos que buscavam aliados governamentais, ou não, para alinhar-se a um dos polos e desequilibrar a balança geopolítica entre o capitalismo liberal norte-americano e o socialismo soviético.

Com isso, iniciava-se a Guerra Fria (1947-1991), um extenso período de ameaças entre as superpotências mundiais, onde as disputas regionais polarizavam as ideologias divergentes e contavam com as atuações controladas das duas potências. Dentro deste contexto, podemos destacar o evento da Crise dos Mísseis de Cuba de 1962, contenda caracterizada pelo enfrentamento direto entre estes atores nucleares, apoiando-se nos problemas geopolíticos de Cuba.

Dessa forma, em um ambiente competitivo, entender que as tensões podem escalar das negociações pacíficas ao conflito armado torna-se importante. Neste contexto, a crise<sup>1</sup> ocorre após a quebra do equilíbrio entre as partes envolvidas em uma disputa, progredindo para uma fase de tensão. Assim, na busca por soluções é desencadeado um conjunto de medidas, caracterizado como manobra de crise, a qual possui como finalidade básica conseguir a paz, porém acompanhada da maior vantagem possível nas negociações, evitando que as tensões entre os Estados evoluam para a guerra.

De maneira a compreender melhor as medidas desenroladas na condução de uma crise, estudaremos o emprego da coerção detalhado pelo autor Thomas C. Schelling (1921-2016), em sua obra *“Arms and Influence”*, publicada em 1966, onde descreve o emprego da estratégia da coerção no campo diplomático.

Com isso, o propósito deste trabalho é confrontar as bases teóricas da coerção, utilizado como diplomacia pelos Estados, com os acontecimentos afetos à Crise dos Mísseis de Cuba, evidenciando os pontos de aderência entre eles.

Para atingir tal propósito, será utilizado como desenho de pesquisa análise comparativa entre a teoria e a realidade, com base na pesquisa bibliográfica e documental.

A teoria da coerção será confrontada com os fatos ocorridos no espaço temporal anteriores ao afloramento da crise, desde janeiro de 1962 até o final do mês de outubro do

<sup>1</sup> A crise é um estado de tensão desencadeado após a ruptura da relação de equilíbrio que existe entre duas ou mais partes envolvidas em um contencioso, com elevada probabilidade de risco de guerra (BRASIL, 2015).

mesmo ano. Os estudos estarão restritos às ações diplomáticas dos Estados envolvidos, na relevância do emprego do Poder Naval na manobra de crise e limitada no referido espaço temporal.

Para atingirmos o nosso propósito neste trabalho, deverá ser respondido o seguinte questionamento: quais são os pontos de aderência entre a teoria da coerção e a Crise dos Mísseis de Cuba de 1962? Além da questão central, com o fito de alcançar a resposta da pesquisa, buscaremos responder às seguintes questões complementares: quais os elementos característicos da teoria da coerção podemos observar na aplicação do Poder Naval por parte da ex-URSS e pelos EUA durante o desenrolar da crise, e como a coerção foi empregada ao longo da crise?

Para responder aos questionamentos e atingir o propósito mencionado, este trabalho está dividido em cinco capítulos. A presente introdução com a descrição do tema proposto. O segundo capítulo será destinado à fundamentação teórica, com destaque aos pontos principais da teoria da coerção fundamentados por Thomas Schelling (1966). Na sequência, no terceiro capítulo, o objetivo será descrever a evolução dos fatos ocorridos durante a crise selecionada para análise posterior. No quarto capítulo, realizaremos a confrontação entre a fundamentação teórica e os acontecimentos ocorridos ao longo da Crise dos Mísseis. Finalizando com o quinto e último capítulo, onde expressaremos uma conclusão do estudo realizado, tendo como base a análise dos fatos e argumentos anteriormente expostos.

## **2 A COERÇÃO E O SEU EMBASAMENTO TEÓRICO**

No transcurso das cinco seções deste capítulo, discorreremos sobre as referências teóricas adotadas para este estudo. Sua abordagem se faz necessária para viabilizar a comparação dos eventos históricos relacionados à Crise dos Mísseis de Cuba com a teoria selecionada. A primeira seção delineará a definição de crise político estratégica internacional, A segunda terá o enfoque na aplicação do poder naval em manobras de crise. Na terceira seção, serão apresentadas as modalidades de emprego da coerção, na quarta as diferentes ramificações de sua implementação. Por fim, a última seção abordará a distinção entre o uso da força bruta e da coerção, concluindo, assim, este capítulo.

### **2.1 Crise internacional político-estratégica**

A política e a guerra estão profundamente relacionadas e em muitos casos uma má condução da política pode induzir à escalada de uma crise. Segundo Thomas Schelling (1966), a crise encontra-se na imprevisibilidade de seu resultado, com o risco de as ações fugirem do controle dos adversários, causando um desfecho que pode ser indesejado por todos os atores envolvidos.

Na Doutrina Militar Naval (DMN), podemos encontrar a explicação de que a crise, no campo político-estratégico, é uma modalidade de conflito internacional, decorrente da ruptura do equilíbrio existente entre as partes envolvidas em uma determinada disputa. É caracterizada por um incremento no estado de tensões, com elevada possibilidade de agravamento e risco de guerra (BRASIL, 2017). Para este trabalho, entende-se por conflito o fenômeno social reconhecido pelo choque de vontades, fruto da confrontação de interesses, constituindo uma forma de buscar-se uma solução ou compromisso. Os meios a empregar, além das ações a desenvolver, dependem do poder relativo dos oponentes (BRASIL, 2007).

Devido à amplitude do tema, tomamos em nossa pesquisa a definição, para a crise internacional político-estratégica, estabelecida na Doutrina Militar de Defesa (DMD), que a caracteriza como:

Um estágio de conflito, entre dois ou mais Estados, em que o desencadeamento proposital de uma situação de tensão visa alcançar objetivos políticos ou políticos-estratégicos, por meio da manipulação do risco de uma guerra, com atitudes e comportamentos que indicam ser a situação extrema compatível com razões maiores, quase sempre ocultas ou não explicitamente declaradas (BRASIL, 2007, p. 29).

Desta forma, com referência na definição mencionada, é possível identificarmos características essenciais da crise internacional político-estratégica no episódio da Crise dos Mísseis de Cuba<sup>2</sup>, ocorrida em 1962, como abordaremos em mais detalhes nos terceiro e quarto capítulos. O primeiro ponto é a existência de adversários definidos, os Estados Unidos da América e a antiga URSS. Encontramos outra similaridade no confronto de interesses existente entre os antagonistas, os norte-americanos, que ao observar que Cuba aproximava-se ideológica, econômica e militarmente do regime soviético promovem uma ação a fim de evitar o crescimento da influência do comunismo no Ocidente. Para a ex-União Soviética representava uma resposta a demanda hegemônica dos EUA em pressioná-la com seus aviões com capacidade de lançar armamento nuclear, juntamente com a existência de sistemas de lançadores de mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBM) na Turquia, considerada sua região de influência

## 2.2 O emprego do poder naval em manobra de crise

Após definirmos o conceito de crise internacional político-estratégica, faz-se mister analisar como gerenciá-la. Conforme a DMN (2017), deve-se conduzir por meio da manobra de crise, que é orientada pela expressão política do Poder Nacional<sup>3</sup> e tem por objetivo básico conseguir uma paz vantajosa, evitando sua evolução para o conflito armado. A manobra de crise deve abranger ações para distender, estabilizar ou escalar quanto à

<sup>2</sup> A Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, foi um confronto direto de alto nível entre as superpotências em outra região do mundo. A instalação de mísseis em Cuba pela União Soviética foi considerada pelos Estados Unidos uma ameaça ao seu território (MINGST, 2014).

<sup>3</sup> O Poder Nacional apresenta-se como a conjugação de capacidades que tem um Estado, voltada para o alcance de determinada finalidade. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2015).

situação conflituosa a qual, normalmente se faz, por tempo determinado, para a tomada de decisões e preparação para eventual aplicação da força.

O tempo, na manobra de crise, deve ser o suficiente para permitir uma tomada de decisão cuidadosa e possibilitar a comunicação entre os dois lados em disputa. No entanto, um ultimato pode ser empregado para aumentar o poder de barganha e forçar o adversário a concordar com as demandas desejadas (GEORGE; SIMONS, 1994).

Adicionalmente ao tempo, as ações conduzidas no desenrolar de uma crise derivam das expressões do Poder Nacional, principalmente, o Poder Militar.<sup>4</sup> Essa expressão é empregada para pressionar o oponente e forçá-lo a alterar seu comportamento de maneira favorável aos nossos interesses, de tal forma que possibilitará alcançarmos o objetivo político. O propósito inicial das forças militares é persuadir o oponente e indicar-lhe a nossa firme disposição de seguir até as últimas consequências (BRASIL, 2007).

O Poder Naval, um dos elementos da expressão militar do Poder Nacional, em função de suas características<sup>5</sup> de mobilidade, flexibilidade, versatilidade e permanência, torna-se um relevante instrumento para demonstrar força e influenciar o Estado visado a alterar o seu comportamento de forma a alinhar-se com o que desejamos. Tais características o tornam uma das ferramentas disponíveis ao Poder Político que intenciona ameaçar ou utilizar a força de maneira limitada nas suas negociações (CABLE, 1985).

Desde o passado os principais estrategistas pregavam o uso da diplomacia naval, ou seja, o uso de meios navais como instrumento da diplomacia. Um dos exemplos foi Alfred Thayer Mahan (1840-1914), o autor argumentou que o Poder Naval eleva o prestígio, a sensação de segurança e a influência de um Estado, além de defender que grandes potências precisam ser fortes no mar (MAHAN, 1897).

Somando-se aos principais estrategistas, alguns autores contemporâneos, como Geoffrey Till (1945-), também defendem a relevância do mar, principalmente no mundo globalizado. O Poder Naval não só manteve a sua importância, como aumentou a sua capacidade em gerenciar tensões, prevenir, limitar ou resolver conflitos. Assim, a marinha

<sup>4</sup> O Poder Militar é de natureza preponderante militar, formada por um conjunto de homens e meios que um Estado dispõe para alcançar seus objetivos (BRASIL, 2007).

<sup>5</sup> As características do Poder Naval são: mobilidade que é a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, em condições de emprego imediato; permanência que é a capacidade de operar, continuamente, em áreas distantes e de grandes dimensões; versatilidade que significa alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar tarefas diversas; flexibilidade que significa a capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando seu emprego gradativo (*ibidem*).

sempre foi um instrumento de política de Estados, uma ajuda importante para a diplomacia em tempos de paz (TILL, 2018).

Frente a este contexto, consideramos o emprego militar no suporte à diplomacia e na tentativa de solucionar tensões. Destacamos, também, a importância do Poder Naval como um dos instrumentos utilizados pelo Poder Político de um determinado Estado para influenciar um Estado visado a obedecer às suas exigências. No terceiro capítulo, utilizaremos esse conceito, para confrontar com a realidade e verificar como uma força naval foi aplicada na condução de uma crise. O emprego do Poder Militar, nas negociações entre Estados, remete-nos à coerção, que analisaremos na seção seguinte. Assim, caberá ao poder político a decisão dos limites da coerção e qual a modalidade será utilizada na defesa dos seus interesses.

### 2.3 A Coerção e suas modalidades

A diplomacia aborda a condução das relações internacionais por meio de negociações. O mais relevante na diplomacia é o método utilizado para negociar e não o seu conteúdo (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). O intercâmbio entre as nações é permanente, a diplomacia e a guerra são modalidades complementares desse diálogo (ARON, 1962).

A diplomacia visa obter resultados, quase nunca os ideais, com a utilização da barganha para convencer a outra parte. É possível alcançar maiores vantagens, por intermédio de concessões, trocas ou colaborações. A negociação pode ser educada ou agressiva, incluir ameaças ou ofertas, ser entre amigos ou inimigos, mas deve haver algum interesse comum (SCHELLING, 1966).

Uma forma alternativa de praticar a diplomacia é descrita por Alexander L. George (1920-2006), ele a apresenta como a utilização de caminhos em que a ameaça é empregada como instrumento político, a diplomacia coercitiva. Rotula o conceito como uma estratégia defensiva, que visa convencer um oponente a parar ou reverter uma ação. Conforme o autor, para o uso ofensivo de ameaças coercitivas, é melhor empregar o termo chantagem e desvincular, ainda, a coerção da dissuasão. A dissuasão para ele é a ameaça a fim de convencer um oponente a não realizar uma ação ainda não iniciada. A diplomacia coercitiva é uma resposta a uma ação em curso (GEORGE, 1994).

Por outro lado, antes do Alexander George (1994), o economista estadunidense Thomas Schelling (1966) separou a coerção em dois seguimentos. O primeiro é a dissuasão, já ao outro ele utilizou o termo compulsão<sup>6</sup>. Para ele, a diplomacia coercitiva está estabelecida na capacidade de influenciar outra parte baseada no poder de ferir, causar dano ao oponente.

A divergência entre os autores supracitados encontra-se na definição quanto ao conceito estratégico do uso da diplomacia coercitiva, defensivo ou ofensivo. Para o primeiro ela é totalmente defensiva e o seu uso ofensivo deveria ser desvinculado do conceito de diplomacia coercitiva. Por outro lado, Schelling aponta o emprego dual da diplomacia coercitiva, dividindo-a em dois segmentos, o primeiro de caráter defensivo, a dissuasão, e o segundo com caráter ofensivo, a compulsão.

Para Schelling, a dissuasão possui um caráter passivo, algo como defesa, manutenção do *status quo*. Está relacionada em desencorajar o adversário a realizar uma ação por meio do medo, portanto prevenir que uma ação seja empreendida por receio das consequências. Ela estabelece um limite no qual uma reação será desencadeada contra o adversário caso ele ultrapasse a fronteira imposta (SCHELLING, 1966).

Compulsão constitui-se em influenciar o adversário a realizar ou desfazer um movimento que nos seja favorável pelo medo das implicações. O termo possui um caráter ativo, compreende ação. O movimento é realizado em direção ao oponente e caberá a ele decidir se realiza a ação que desejamos ou enfrenta as consequências (SCHELLING, 1966).

Os exemplos que auxiliam a esclarecer a diferença entre os conceitos supracitados serão aprofundados na próxima seção, mas para um primeiro entendimento podemos concluir que a dissuasão pode ser definida como um obstáculo imposto e cabe ao oponente seguir em sua direção ou não. Já na compulsão o adversário é obrigado a tomar uma decisão devido a um movimento contrário nosso.

Ressaltamos que a interpretação dada pelo teórico Thomas Schelling (1966), para coerção e suas variantes, serão as definições aplicadas nesta pesquisa. Para tal, verificaremos na próxima seção, as principais diferenças entre elas. Adicionalmente, para este trabalho, ao citarmos a expressão diplomacia coercitiva, estamos abordando o uso ou a

<sup>6</sup> No original: *compellence*. O autor Thomas Schelling (1966) definiu o termo *compellence* como uma das componentes da coerção. Entretanto, ao longo do nosso trabalho, iremos adotar o termo compulsão. A nossa escolha teve como base o uso da palavra, no idioma português, já constar no Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015).



ameaça do uso da força militar pelos Estados para alcançar objetivos políticos (MORGAN, 2003).

#### 2.4 Diferenças entre compulsão e dissuasão

Os conceitos de dissuasão e de compulsão, ambos dentro do espectro da coerção, diferem entre uma ameaça intencional para influenciar o adversário a realizar algo que não deseja e uma ameaça para impedi-lo de iniciar um movimento. Possuem, ainda, diferenças na iniciativa e no tempo.

Com o intuito de melhor ilustrar a diferença entre os conceitos, utilizaremos o exemplo de dois carros em uma estrada. Na dissuasão, utilizamos um automóvel para bloquear a estrada e caberá ao adversário decidir se permanece em direção ao automóvel que bloqueia a estrada ou não. A ameaça neste caso é passiva, só haverá a colisão se a outra parte continuar até o ponto do bloqueio (SCHELLING, 1966).

Já na compulsão a ameaça é ativa. Agora o mesmo exemplo, mas desta vez dirigimos um carro, em alta velocidade em direção oposta à do adversário. Caberá a ele decidir sair do caminho ou o choque irá ocorrer. É uma ameaça que obriga um movimento (SCHELLING, 1966).

A dissuasão é estática, com característica defensiva, tende a ser indefinida no tempo. Alguma ação só será realizada se o adversário ultrapassar o limite imposto. Outro ponto reside na ameaça; nesse cenário, o opositor é comunicado por diversas vezes do risco em avançar sobre o limite declarado, precisa ser uma ameaça persuasiva. Não ser convincente apenas em palavras, mas ser viável a ser executada. O esforço da dissuasão está direcionado para o início da crise, o que acontece depois dependerá do comportamento do opositor, logo, é uma estratégia defensiva (SCHELLING, 1966).

Assim, a dissuasão tem como objetivo desestimular um antagonista a realizar uma ação ou movimento que nos é desfavorável por meio do receio das suas consequências. Induzir a força oponente a não prosseguir, convencê-la de que a sua ação terá um custo elevado para ser colocada à prova. Em outras palavras, é evitar que uma ação ainda não iniciada venha a ocorrer, com a intenção de manter o *status quo*.

Por outro lado, a compulsão é dinâmica, ofensiva, precisa ser definida no tempo. Deve-se buscar convencer o adversário a realizar ou desfazer uma ação que desejamos.

Nesse cenário, a ameaça possui um caráter de obrigação, requer punição em caso de não atendimento. Em regra, envolve deflagrar uma ação que só cessa ou tornar-se inofensiva após a submissão do adversário. Diferente de ameaçar disparar uma arma caso o oponente se mova (dissuasão), é atirar e avisar que o adversário será atingido caso não se mantenha fora do alcance do nosso armamento (compulsão). Para ser eficaz, precisa ser estabelecido um prazo, contudo não pode ser muito curto a ponto de não deixar opção ao adversário. Esse deverá ter tempo suficiente para realizar a ação imposta. O prazo estabelecido é a última chance clara que o Estado coagido tem de evitar a punição (SCHELLING, 1966).

Portanto, a compulsão tem como meta fazer o antagonista realizar ou desfazer uma ação, que atenda aos nossos interesses, por receio das consequências. É ameaçar usar a força, ou ainda, o uso limitado da força para convencer o adversário a cessar uma ação já iniciada ou realizar uma ação que não desejava, ou seja, alterar o *status quo*.

Notamos, com os conceitos expostos acima, que, no desenrolar de uma manobra de crise, o uso da força é reservado a ameaças ou realizado de maneira limitada e gradual. Em paralelo à estratégia da coerção, é imprescindível a preparação da força militar, para o caso de falha nas negociações. Desta forma, a mensagem para a outra parte na contenda deve ser clara, além de demonstrar poder, com o objetivo de influenciar a percepção do oponente.

A demonstração de poder pode ser obtida por diversas formas, como exemplo relacionamos, testes de um armamento com grande capacidade de destruição e ampla divulgação na mídia, deslocamento de uma esquadra para as proximidades do Estado visado ou ainda o posicionamento de tropas na fronteira junto ao território oponente. Concluimos que caberá aos líderes políticos a decisão sobre os limites da diplomacia coercitiva. Na seção seguinte, pautaremos a diferença entre o emprego da força bruta e a coerção do oponente.

## 2.5 A distinção entre o uso da força bruta e coerção

Evidentemente há uma diferença entre tomar a força o que se deseja e fazer o outro lado a entregar devido o receio da ameaça realizada. A força bruta pode ser empregada para atingir objetivos políticos de maneira direta, sem negociação ou pela ameaça. Em contrapartida, a coerção utiliza o poder militar para intimidar e influenciar os adversários, valendo-se da aptidão em causar danos para obter vantagens nas negociações. No entanto, é crucial destacar que a habilidade de aproveitar o poder de causar dano está condicionada à capacidade do adversário de retaliar. Além disso, a coerção baseada em ameaças de dano requer a existência de interesses compartilhados para ter alguma chance de sucesso (SCHELLING, 1966).

Podemos concluir que a força bruta é o emprego do poder militar ou a capacidade de causar danos para apoderar-se do que se deseja sem negociar. Opostamente, a coerção é utilizar o poder militar, para obter vantagens nas negociações, induzir o oponente a mudar o comportamento por receio das perdas que pode sofrer ou devido aos maiores sofrimentos que estão por vir.

Durante uma crise, a coerção pode ser uma estratégia atraente, pois oferece uma solução razoável com um custo mais baixo em comparação com a guerra. Além disso, é menos provável que a coerção prejudique a relação futura entre os oponentes quando comparada ao uso da força bruta em uma estratégia militar<sup>7</sup> convencional. No entanto, o problema no uso da diplomacia coercitiva é que pode levar a um desejo frequente de usá-la. Isso pode ocorrer quando um Estado acredita que pode intimidar seus adversários mais fracos a manter o status quo, com baixo risco de evoluir para a guerra (GEORGE, 1994).

Ao examinar os conceitos apresentados, é possível notar que, diante de uma crise internacional político-estratégica, uma das possíveis soluções para evitar um conflito é utilizar a estratégia de coerção. No entanto, é importante destacar que a diplomacia coercitiva não exclui a possibilidade da ameaça do uso da força para atingir os objetivos desejados. Essas ameaças devem ser direcionadas aos pontos sensíveis do oponente, e devem incluir demonstrações claras de nossas capacidades em utilizar o poder militar,

<sup>7</sup> A estratégia militar é a arte e a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o Poder Militar durante os conflitos, visando à conquista ou manutenção dos objetivos políticos (BRASIL, 2015).

principalmente a capacidade de causar dano. Desse modo, a intenção é incutir medo e influenciar a conduta do oponente de forma que nos seja favorável.

De acordo com Schelling (1966), a transição do uso direto da força bruta contra objetivos militares, para o emprego da sua habilidade em causar danos, durante as negociações de uma crise, fez a diplomacia coercitiva modificar a estratégia militar. Ele esclarece que a capacidade de causar danos ao oponente representará o quanto se pode usar isso a seu favor nas negociações. Explorar essa vantagem é diplomacia, entretanto, pode tornar-se um vício aos Estados poderosos, e ainda assim, será diplomacia. Continua, ainda, a distinguir o uso da força, para conquistar um objetivo e o seu uso ou ameaça de uso para coagir o adversário a ceder, frente a destruição que pode sofrer. Nesse diapasão, redefiniu a estratégia militar como a diplomacia da violência:

A estratégia militar não pode mais ser pensada, como poderia para alguns Estados em algumas épocas, como a ciência da vitória militar. Agora é igualmente, se não mais, a arte da coerção, da intimidação e da dissuasão. Os instrumentos de guerra são mais punitivos do que aquisitivos. A estratégia militar, gostemos ou não, tornou-se a diplomacia da violência (SCHELLING, 1966, p. 34. Tradução nossa)<sup>8</sup>.

A diplomacia da violência está intimamente conectada à aplicação da força, podendo ser empregada de diferentes maneiras, como por meio de ações diretas, limitadas ou como uma forma de intimidação. Por conseguinte, o Poder Militar passou a ser visto como um instrumento de coerção que pode ser utilizado com o objetivo de dissuasão ou compulsão.

Com relação ao uso simbólico da força para convencer um adversário, a intensidade dependerá do ponto de vista entre o que sofre e quem aplica o dano. Um bombardeio a uma cidade pode ser interpretado como um ataque em grande escala por quem sofreu. Por outro lado, para o executor, pode ser considerado como apenas uma demonstração de força para fazer o oponente desistir sem lutar (LUTTWAK, 1974).

Neste capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos selecionados para esta pesquisa. Concluímos que os pontos característicos de uma crise internacional político-estratégica são: tensões geradas por um conflito de interesses entre dois ou mais Estados; as

<sup>8</sup> No original: *“Military strategy can no longer be thought of, as it could for some countries in some eras, as the science of military victory. It is now equally, if not more, the art of coercion, of intimidation and deterrence. The instruments of war are more punitive than acquisitive. Military strategy, whether we like it or not, has become the diplomacy of violence.”*

tensões são ocasionadas de maneira proposital por uma das partes; visa atender objetivos políticos; e utiliza a ameaça de escalar da crise para a guerra, com a intenção de alcançar vantagens durante as negociações.

Na sequência, descrevemos o emprego do Poder Naval, nas ações conduzidas durante uma manobra de crise, que possibilitará maior entendimento da sua importância na condução da Crise dos Mísseis de Cuba.

Por fim, analisamos a teoria da coerção e as suas componentes, dissuasão e compulsão, definidas por Thomas Schelling (1966), assim como a evolução da estratégia puramente militar para a diplomacia da violência. Então, a diplomacia da violência é o uso da coerção como forma de barganha nas negociações entre os Estados. É o uso limitado da força ou ameaça do uso para influenciar o antagonista a atender aos nossos interesses e pode ser utilizada de forma defensiva ou ofensiva. Em caso de não obediência do Estado visado, a força bruta é empregada para punir e garantir que a nossa vontade prevaleça.

Com os conceitos descritos, relativos à coerção, iremos nos próximos capítulos analisar a crise político estratégica que envolveu a Ex-União Soviética e os Estados Unidos da América no ano de 1962, a Crise dos Mísseis de Cuba, e verificar se as ações desencadeadas por estes atores possuem aderência à teoria selecionada.

O segundo capítulo constará de uma contextualização do período da Guerra Fria<sup>9</sup> e sintetizará as ações estadunidenses, por meio da Operação Quarentena, e soviéticas, por meio da Operação *Anadyr*.

<sup>9</sup> Guerra Fria (1947-1991), após o final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) uma nova ordem internacional foi constituída, baseada no sistema bipolar protagonizada pelos Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde as potências disputaram poder e hegemonia internacional num conflito político, econômico, cultural e ideológico (BLAINEY,2010).

### **3 A CRISE DOS MÍSSEIS – SEUS ANTECEDENTES E DESFECHO**

#### **3.1 Após a IIGM, a divisão ideológica da paz**

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido politicamente entre dois sistemas ideológicos, presentes desde décadas atrás, mas que ampliaram suas diferenças e ganharam força por meio de disputas, buscando aliados governamentais ou não, para se alinhar a um dos polos e desequilibrar a balança geopolítica entre o capitalismo liberal norte-americano e o socialismo soviético. Essa divisão colocou em oposição dois Estados com ideologias conflitantes, que, por motivos de interesse comum, se uniram para derrotar a Alemanha nazista. Uma vez encerrada a guerra, as diferenças se aguçaram, colocando uma interrogação sobre a expectativa da paz duradoura. Essa tendência se confirmava, cada vez que as superpotências se viam apoiando contendores regionais sem, no entanto, se enfrentar diretamente (LACERDA, 2015).

#### **3.2 O Contexto da Guerra Fria**

Nos anos que se seguiram ao final da Primeira Guerra Mundial, os EUA experimentaram um crescimento econômico significativo. O isolamento geográfico lhe proporcionava vantagem geopolítica, na medida em que não era passível de ser atacado em seu território, pelas principais potências existentes. Essas condições possibilitaram uma rápida ascensão como potência econômica e militar, além de impulsionar sua cultura capitalista e seu desenvolvimento industrial e tecnológico. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA se consolidam como potência mundial, passando a disputar uma corrida econômica, tecnológica, militar, armamentista e espacial contra a ex-URSS. (BLAINEY, 2010)-

O antigo Império Russo, deu lugar a um Estado comunista, após a Revolução Russa de 1917, liderada pelo intelectual e líder dos bolcheviques<sup>10</sup>, Vladimir Ulianov (1870-1924), conhecido pelo pseudônimo Lenin, após seu regresso do exílio na Suíça. Em consequência do apoio recebido da Alemanha, Lenin tratou de retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial.

<sup>10</sup> Bolcheviques denominação dos membros de uma ala do Partido Operário Social-Democrata Russo, que, liderado por Vladimir Lenin, tomou o controle do governo na Rússia (outubro de 1917). O grupo teve origem no segundo congresso do partido (1903), quando os seguidores de Lenin, insistindo que a filiação partidária fosse restrita aos revolucionários profissionais, conquistaram uma maioria temporária no comitê central do partido e no conselho editorial de seu jornal Iskra.

Mesmo terminando a guerra devastada, a Rússia conseguiu retomar sua economia e prosseguiu como um Estado comunista em ascensão, inspirando outros Estados do leste europeu. Além de servir de inspiração, apoiava militarmente grupos insurgentes, influenciando e possibilitando a tomada do poder em seus países. Assim, em 1922, a Rússia instituiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), exercendo um poder centralizado e autoritário a partir de Moscou. Após a morte de Lenin, o líder revolucionário e defensor dos ideais marxistas, Joseph Stalin (1878-1953), continuou estimulando o desenvolvimento industrial e militar da então URSS, mesmo que por meio de políticas controversas, ora confiscando bens e propriedades, ora redistribuindo e incentivando a produção. O rápido desenvolvimento e a vitória sobre a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, levou a antiga URSS a se tornar, novamente, uma potência mundial, rivalizando com os EUA e instituindo o Pacto de Varsóvia<sup>11</sup>, o qual era composto por Alemanha Oriental, Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia, além da URSS com seus 15 Estados satélites (BLAINEY, 2010).

Os EUA, preocupados com a expansão comunista<sup>12</sup> durante a fase inicial da Guerra Fria, colocava em prática sua política de contenção, baseada na teoria de George F. Kennan (1904-2005), cujo objetivo era conquistar aliados na região costeira da Eurásia, com a finalidade de conter o avanço comunista, principalmente no sudeste asiático e leste europeu. Desta forma, o Governo estadunidense começou a espalhar sua ideologia política e econômica, baseada no capitalismo e liberalismo, e a fornecer apoio militar aos seus aliados. Esta política foi o alicerce institucional para a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (MATTOS, 2002).

Com isso iniciava a Guerra Fria, um extenso período de ameaças entre as superpotências mundiais, com a diversos episódios de conflitos regionais, cujas atuações controladas das duas potências polarizavam as ideologias colidentes. Neste período as relações internacionais foram meticulosamente articuladas com o intuito de evitar o temido embate nuclear direto (BLAINEY, 2010).

### 3.3 Os precedentes da crise

<sup>11</sup> Pacto de Varsóvia foi um tratado político para defesa mútua entre a URSS e demais Estados membros, estabelecido em 1955, em oposição à OTAN (BLAINEY, 2010).

<sup>12</sup> Ideologia política, em que a classe dos proletariados conquista o poder pela força, extinguindo as diferenças entre classes sociais e assumindo o controle dos meios de produção. *Ibidem*.

A corrida armamentista foi outra característica peculiar da Guerra Fria. Não se tratava apenas de possuir as melhores armas, mas também de ter a capacidade de atacar o adversário em seu próprio território e se defender contra possíveis agressões. Além disso, era importante demonstrar essa capacidade. Nesse sentido, os Estados Unidos já haviam demonstrado seu poderio ao empregar o armamento nuclear no final da Segunda Guerra Mundial. (BLAINEY, 2010).

Porém, após o primeiro lançamento de satélite artificial pela URSS em novembro de 1957, foi o suficiente para fazer os Estados Unidos entenderem que uma retaliação nuclear ocorreria no caso de lançarem o primeiro ataque (MIKOYAN, 2012).

Dentro deste contexto, a preocupação das superpotências passou a ser a de não somente possuir a capacidade de realizar um primeiro ataque, mas também ter a possibilidade de realizar um contra-ataque antes que o oponente obtivesse sucesso com o seu primeiro ataque realizado.

Para isso, os Estados Unidos instalaram o sistema de lançamento de mísseis Júpiter<sup>13</sup>, na Turquia e Itália em 1961. Esse sistema implantado na Turquia possuía a capacidade de atingir alguns centros de vital importância da União Soviética em apenas 10 minutos. Do lado soviético, o sistema de mísseis intercontinentais demandava 25 minutos de tempo de viagem para atingir um alvo em território americano (MIKOYAN, 2012).

Desta forma os EUA conseguiram desequilibrar a balança nuclear a seu favor, faltava à URSS uma posição estratégica para reequilibrar os termos novamente.

Inserida no cenário da Guerra Fria, ocorre em 1959 a Revolução Cubana, onde Fidel Castro derruba Fulgêncio Batista e passa a promover ações políticas e econômicas a fim de transformar sua nação em um regime comunista e, assim, redistribuir as riquezas e atender as necessidades da maioria pobre de seus pais. Para isso, ele se afasta dos EUA e busca apoio econômico e militar da URSS (BLAINEY, 2010) e (STATEN, 2005).

No mês de abril de 1961, os EUA financiam, treinam e apoiam um grupo de insurgentes, para uma incursão à Cuba e derrubar o governo de Fidel Castro (1926-2016), que havia contrariado interesses da política exterior norte-americana, ao nacionalizar diversas empresas multinacionais em Cuba. No entanto, a operação na Baía dos Porcos<sup>14</sup> não

<sup>13</sup> Mísseis balísticos PGM-19 Júpiter com alcance aproximado de 1.800 milhas e cabeça de combate termonuclear (PARSCH, 2002).

<sup>14</sup> Plano de invasão da Baía dos Porcos, ação conduzida por exilados cubanos, treinados em solo norte-americano, com o apoio velado da agência de inteligência norte americana (BLAINEY,2010).



obteve sucesso, porém o intento foi o suficiente para manter em alerta o governo cubano sobre a possibilidade de nova invasão ou ataque originado dos EUA (MIKOYAN, 2012).

Esta ação estadunidense foi o gatilho para vir a mente de Nikita Khrushchev<sup>15</sup> (1894-1971) uma forma de reequilibrar a balança nuclear, ele imaginava que uma nova tentativa invasão inevitavelmente ocorreria, e que os estadunidenses usariam diferentes tipos de forças para garantir uma vitória rápida e total. A ideia inicial era implantar o sistema de mísseis balísticos de médio alcance soviéticos rapidamente e de forma imperceptível e após isto notificar os EUA por meio dos canais diplomáticos e em seguida tornar público a sua instalação (MIKOYAN, 2012).

Procurava então estabelecer um equilíbrio de forças na região do Mar do Caribe, assim como os americanos fizeram na fronteira da URSS com a Turquia. Deixando uma mensagem clara de que qualquer agressão contra Cuba significaria um ataque ao território estadunidense.

Na sua visão, uma enorme vantagem estratégica para o Exército soviético seria obtida com a implantação de mísseis em Cuba. Afinal, isso teria automaticamente ajudado a corrigir a posição desfavorável da URSS no confronto nuclear. Após a instalação de mísseis soviéticos de médio alcance em Cuba, o tempo de viagem desses mísseis teria sido consideravelmente reduzido, o que teria equilibrado a situação em relação aos mísseis americanos localizados na Europa Ocidental (MIKOYAN, 2012).

A missão dos mísseis em Cuba foi projetada para impedir as tentativas de seus adversários de impedir com força militar a marcha vitoriosa mundial do socialismo. A decisão soviética de proteger e apoiar Cuba deve ser considerada precisamente neste contexto. Não se tratava de um altruísmo incomum de uma superpotência em relação a um pequeno país; era a política baseada na visão global do conflito entre os dois sistemas (MIKOYAN, 2012).

Logo foram abertas negociações com o governo cubano para o deslocamento e instalação do sistema de mísseis soviéticos na ilha. Após a condução das tratativas pelos representantes soviéticos, Fidel Castro convenceu-se que a iniciativa da URSS não era apenas para defender Cuba, era também pelos interesses do campo socialista, assim autorizou a instalação dos mísseis em território cubano (MIKOYAN, 2012).

<sup>15</sup> Nikita Khrushchev foi o líder da URSS de 1953 a 1964.

Com o aval de Fidel Castro, foi iniciada a *Operação Anadyr*, codinome da implantação secreta dos mísseis e transferência maciça de tecnologia, equipamento e pessoal para Cuba realizada pela União Soviética, que abordaremos na próxima seção.

### 3.4 Operação Anadyr – Sucesso militar, armadilha política

A Operação Anadyr foi a operação militar soviética que levou os EUA a desencadear a Crise dos Mísseis de Cuba em 16 de outubro de 1962. A Operação consistiu no desdobramento de mísseis balísticos, armas nucleares táticas, aeronaves e forças terrestres. Os únicos sistemas estrategicamente significativos eram os mísseis balísticos, porque a presença de armas nucleares táticas não foi anunciada e, portanto, não serviu a uma função dissuasora (WILSON, 2018).

Do ponto de vista militar, a implementação da Operação Anadyr foi uma grande conquista das Forças Armadas Soviéticas. Cabe ressaltar que a operação ocorreu em uma localidade desconhecida e com um clima atípico para os criadores dos mísseis e soldados envolvidos, além de requerer uma significativa quantidade de armamentos e equipamentos, a uma distância considerável das principais forças armadas soviéticas, e dentro de um cronograma apertado (MIKOYAN, 2012).

A Operação incluiu o envio de 36 mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBM)<sup>16</sup> capazes de atingir alvos nos EUA a 1.400 milhas de distância dos locais de lançamento em Cuba, e 24 mísseis balísticos de médio alcance (MRBM)<sup>17</sup>, capazes de atingir alvos nos EUA a 2.800 milhas de distância. A operação envolveu 42 mil soldados, armamento e suprimentos. O desdobramento também incluiu mísseis de cruzeiro com cabeças de combate nucleares, um pequeno número de bombardeiros equipados para transportar armas nucleares e foguetes táticos porque se percebeu que as tropas em Cuba, tão longe de reforços, poderiam precisar da força adicional do campo de batalha que tais armas táticas poderiam fornecer (WILSON, 2018).

Os armamentos nucleares táticos não seriam estrategicamente úteis, esses sistemas não tinham o alcance ou uma ogiva poderosa o suficiente para se contrapor a um ataque

<sup>16</sup> *Intermediate Range Ballistic Missile* (IRBM), denominado como R-12 pela ex-URSS, o SS-4 Sandal foi o primeiro míssil estratégico soviético a empregar propelentes líquidos e um sistema de orientação inercial, com sua capacidade de carregar ogiva nuclear (MIKOYAN, 2012).

<sup>17</sup> *Medium Range Ballistic Missile* (MRBM), denominado pela ex-URSS como R-14, foi designado pela OTAN como SS-5 Seakn. Possuía o mesmo tipo de propelente e sistema de navegação que o R-12. (*Ibidem*).

iniciado pelos Estados Unidos, sua utilidade era limitada apenas ao uso no campo de batalha contra uma força de invasão inimiga (WILSON, 2018).

De Moscou, era difícil prever os detalhes e problemas específicos do desdobramento das Forças Soviéticas. As tropas desdobradas para a ilha cubana tiveram dificuldades de ambientação ao clima e problemas para o cumprimento da missão devido ao tempo escasso para um reconhecimento minucioso da área de operações (MIKOYAN, 2012).

O transporte das tropas e equipamentos militares para Cuba exigiu esforços sem precedentes. Apenas o transporte de pessoal e carga para os portos de carregamento no território da União Soviética exigiu 21.000 vagões ferroviários. Um grande número de navios teve que ser modificado para transportar cargas. As partes do convés que podiam ser vistas do ar estavam abarrotadas de embalagens de fertilizantes, máquinas agrícolas e outros tipos inocentes de cargas indicadas nos manifestos de carga. Os bombardeiros Il-28 e os caças MiG-21 foram desmontados e enviados em caixotes de madeira. Peças sobressalentes para mísseis de cruzeiro, os próprios mísseis, MiG-15s também foram enviados (MIKOYAN,2012).

Estimativas preliminares para tal operação demandava pelo menos 70 navios de grande capacidade, que deveriam fazer de 115 a 120 viagens. Porém, para a conclusão da missão, foram utilizadas 86 embarcações, com o total 180 viagens (MIKOYAN, 2012).

Atenção especial foi dada ao embarque das ogivas nucleares. O Navio Mercante (NM) *Indigirka* deveria transportar ogivas para os MRBM, mísseis Luna e bombas nucleares para os Il-28s. A carga embarcada no NM *Indigirka* tinha uma capacidade explosiva que superava a de todos os bombardeios aliados contra Berlim durante a Segunda Guerra Mundial (MIKOYAN,2012).

Como acordado com o governo de Cuba, todos os navios soviéticos atracariam pelos onze diferentes portos da ilha. O desembarque das tropas e o descarregamento dos equipamentos só eram realizados à noite. Até o final da crise, os serviços de inteligência dos EUA acreditavam que havia cerca de 7.000 a 10.000 militares soviéticos em Cuba, na verdade, havia cerca de 42.000 (MIKOYAN, 2012).

A Operação Anadyr incluiu o deslocamento para Cuba de equipamentos militares de toda ordem, aeronaves e mísseis estratégicos. A intenção de buscar a dissuasão contra a um possível ataque a Cuba era evidenciada pelos tipos de meios desdobrados para a ilha, dos 17 bombardeiros Il-28, apenas 6 eram equipados para transportar armas nucleares. Também foram deslocados para a ilha helicópteros, duas divisões antiaéreas e 11 aeronaves

destinadas a missões de não-combate. Para um ataque ao território estadunidense, nenhuma delas era relevante; mesmo uma força com seis bombardeiros com armento nuclear não teria qualquer efeito e seria destruída pelas defesas aéreas dos EUA antes que pudessem cumprir qualquer missão. Os Il-28 seriam taticamente úteis contra uma força de desembarque, seu destacamento destinava-se à defesa costeira (WILSON, 2018).

Em 1962, a ex-URSS possuía 182 bombardeiros de alcance intercontinental. Essa força era estrategicamente inferior aos 1.505 bombardeiros americanos similares, dessa forma os seis bombardeiros enviados para Cuba eram irrelevantes. Os 80 mísseis de cruzeiro nucleares seriam limitados ao uso contra forças que desembarcassem em Cuba ou contra o apoio naval de tal desembarque. Esses mísseis de defesa costeira foram projetados para serem lançados de implantações terrestres contra alvos navais, e assim foram otimizados para uso contra uma frota de invasão hostil, o propósito pretendido dessas armas era puramente defensivo em um sentido tático (WILSON, 2018).

O planejamento da Operação Anadyr pressupunha que os sistemas estratégicos poderiam ser construídos de forma oculta da inteligência norte-americana até que se tornassem operacionais. As medidas de camuflagem tomadas em relação aos soldados e ao equipamento durante o transporte contrastam fortemente com as medidas tomadas para disfarçar o destacamento em Cuba. Devido à geografia, mesmo que os destacamentos de mísseis ar-superfície soviéticos dissuadissem os voos sobre Cuba pelos U-2<sup>18</sup>, esta aeronave era capaz de voar fora do alcance dos mísseis e ainda obter imagens das instalações de lançamento soviéticas. Se tais locais não pudessem ser ocultados da vigilância hostil, as medidas tomadas no transporte dos homens e equipamentos para Cuba seriam irrelevantes, porque sua presença poderia ser facilmente descoberta após a sua instalação (WILSON, 2018).

A geografia da costa cubana não era adequada para esconder tropas e máquinas de grande porte do reconhecimento aéreo. Além disso, faltavam meios básicos e foram improvisados materiais para camuflagem do armamento e suas estruturas, causando o fracasso do processo de camuflagem (MIKOYAN, 2012).

<sup>18</sup> Lockheed U-2, codinome *Dragon Lady*, é um avião de reconhecimento em altas altitudes com capacidade de vigilância contínua, tanto durante a noite como durante o dia, independentemente das condições climáticas (EUA, 2008).

Depois que as principais forças do contingente militar soviético chegaram a Cuba, uma comunicação muito estreita e cooperação de combate foram estabelecidas entre os comandantes das Forças Soviéticas e a liderança militar e política de Cuba (MIKOYAN,2012).

Um dos primeiros problemas a surgir devido ao tempo insuficiente para o reconhecimento da ilha por parte dos soviéticos foi a dificuldade para a instalação dos IRBM, suas infraestruturas de engenharia e a camuflagem dos mesmos. Os pontos escolhidos previamente no litoral cubano como locais de lançamento de mísseis pareciam inadequados.

Após o retrabalho para seleção dos locais de lançamento dos mísseis foram estabelecidas as infraestruturas para dois batalhões, uma em Santa Cruz de los Pinos e outra em Candelaria. Além disso, algumas posições de combate reservas foram escolhidas nos vales das montanhas de Sierra del Rosario para instalação de cada batalhão (MIKOYAN,2012).

Era mais difícil observar o sigilo em Cuba. A população local viu a chegada de cargas incomuns e havia muitos agentes ligados à CIA<sup>19</sup> e emigrantes em Cuba. No verão de 1962, os serviços de inteligência dos EUA estavam acompanhando de perto o processo de entrega de armas a Cuba e com a ajuda de voos de reconhecimento fotográfico do U-2 as informações foram enviadas à Casa Branca. Como resultado, eles detectaram pequenos barcos, que eram destinados à defesa costeira equipados com mísseis com um alcance de 30 milhas náuticas, além de todo o armamento e equipamentos soviéticos na ilha (MIKOYAN,2012).

Durante as discussões na Casa Branca, o presidente John Fitzgerald Kennedy (1917-1963) disse não estar preocupado com os aviões soviéticos e que os norte-americanos deveriam estar preparados para conviver com a ameaça representada pelos bombardeiros soviéticos. Porém, os mísseis estratégicos em Cuba teriam maior impacto na América Latina. Na verdade, a montagem dos mísseis antiaéreos S-75 causou maiores preocupações, o serviço de inteligência norte-americano entendeu que os mísseis tinham como objetivo derrubar aviões espiões U-2, obviamente, havia algo a mais para esconder da aeronave de reconhecimento. A montagem dos IRBM representava o maior perigo (MIKOYAN,2012).

Depois que o avião de reconhecimento americano revelou e fotografou os locais de lançamento de mísseis superfície-ar soviéticos em 14 de outubro de 1962, as tensões

<sup>19</sup> A CIA, da sigla em inglês para *Central Intelligence Agency*, é uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos da América responsável por investigar e fornecer informações de segurança nacional.

militares, políticas, morais e psicológicas aumentaram consideravelmente. As ações norte-americanas, que repetidamente invadiam o espaço aéreo cubano, provocavam os comandantes das unidades soviéticas que queriam impedir tais incursões. Porém, o Comandante do Grupo Soviético em Cuba deu uma ordem estrita para que não tomassem nenhuma medida que escalassem para ações de combate (MIKOYAN, 2012).

Enquanto isso, seguiam-se os preparativos para a defesa da Ilha. A partir de 18 de outubro, as principais forças e armas do GSVK (*Soviet Group Force*) foram implantadas de acordo com o plano. Desde 15 de outubro, duas divisões antiaéreas e de mísseis estavam em serviço. A capacidade de combate das forças antiaéreas soviéticas foi reforçada por um regimento de aviões de combate de MiG-21s (MIKOYAN, 2012).

A partir de 22 de outubro de 1962, após instruções oriundas de Moscou, o nível de prontidão das tropas soviéticas foi elevado ao máximo, fontes do governo acreditavam na possibilidade de uma operação de desembarque norte-americano na ilha de Cuba, as tropas deveriam estar no mais alto nível de alerta, a fim de poder repelir um possível ataque do inimigo juntamente com o exército cubano (MIKOYAN, 2012).

Em 26 de outubro, ocorreu o episódio que provocou o início de uma operação militar em larga escala em Cuba, com consequências imprevisíveis. Neste a artilharia antiaérea soviética atingiu o avião de reconhecimento U-2 da Força Aérea dos EUA. Os americanos chamaram este dia de "Black Saturday". Logo depois, a Casa Branca impôs um bloqueio militar e naval a Cuba (MIKOYAN, 2012).

Quando Kennedy anunciou o bloqueio e exigiu remoção dos mísseis, Krushev foi posto sob pressão. O objetivo do bloqueio era interromper o fornecimento de mísseis que ainda estavam em rota ou em portos na ex-URSS. A CIA e o Pentágono acreditavam que ainda não havia ogivas em Cuba. Na verdade, no entanto, todas as ogivas foram entregues, incluindo as dos mísseis R-14, cujo alcance cobria todo o território continental dos Estados Unidos, exceto os estados de Washington e Alasca. As ogivas para os mísseis ainda não montados chegaram pelo NM *Aleksandrovsk* em 23 de outubro, pouco antes do bloqueio entrar em vigor (MIKOYAN, 2012).

Os soviéticos haviam recebido informações de que os preparativos militares para uma invasão de Cuba estavam ocorrendo não apenas em portos e bases do sudeste dos EUA, mas praticamente em todas as bases da costa leste, tudo estava pronto para um ataque a Cuba. Como vimos anteriormente, havia cerca de 40 mil soldados soviéticos na ilha,

entretanto a presença da força aérea soviética era insuficiente. Os bombardeiros Il-28 eram inadequados para repelir um ataque, na medida em que eram extremamente vulneráveis aos caças inimigos. Os MiG-21 eram de tecnologia inferior para se oporem a supremacia aérea dos EUA, por isso Khrushchev decidiu por remover os mísseis (MIKOYAN, 2012).

Em 28 de outubro, o comandante da GSVK informou aos comandantes das unidades de mísseis sobre a Diretiva 7665 do Estado-Maior das Forças Armadas, que transmitiu a ordem do Ministro da Defesa da URSS para desmontar os locais de lançamento de mísseis e retornar com as tropas para a União Soviética. No dia seguinte iniciou-se a desmontagem dos equipamentos e dos locais de lançamento de mísseis. Em 31 de outubro toda a infraestrutura havia sido desmontada (MIKOYAN, 2012).

A decisão para a retirada dos mísseis, tomada pelo líder político da URSS, foi determinada pela crescente pressão imposta pelo bloqueio norte-americano à ilha de Cuba e a ameaça de um ataque nuclear (MIKOYAN, 2012).

Na próxima seção abordaremos como foi o desenrolar da Operação Quarentena desencadeada pelos Estados Unidos da América em resposta à descoberta do arsenal soviético em Cuba.

### **3.5 A Operação Quarentena**

Nos dias que antecederam a crise, aviões de reconhecimento U-2, realizaram sobrevoos em Cuba, identificando possíveis instalações de lançamentos de mísseis balísticos. Em 16 de outubro, após a análise das fotografias aéreas obtidas nos últimos dias, confirmando a instalação dos sistemas de mísseis balísticos de médio alcance (MRBM) em Guanajay, foi realizada reunião do Conselho Nacional de Segurança (*Executive Committee of the National Security Council – EXCOMM*), envolvendo o presidente John Fitzgerald Kennedy (1917-1963), o secretário de defesa Robert McNamara (1916-2009), o Joint Chief of Staff (JCS), o Chief of Naval Operations (CNO), Almirante George W. Anderson (1906-1992), entre outras autoridades civis e militares dos EUA, quando ficou decidido empreender medidas militares contra Cuba e o bloco soviético, para deter a movimentação de mísseis balísticos. (EUA, 2008).

Uma vez determinados a impedir o posicionamento das armas ofensivas em território cubano, os EUA se viram diante de uma difícil decisão. Adotar uma atitude

puramente diplomática, como a negociação, poderia lhes causar o risco de parecerem acuados perante a ameaça soviética, dando a Moscou, a possibilidade de avançar nas ofensivas. Por outro lado, decidir por um ataque aéreo ou invasão a Cuba, se tornariam nos principais agressores perante a opinião pública internacional, fato que poderia ser bem explorado pela URSS na Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de forçar uma resolução contra os EUA, baseado no princípio da legítima defesa (TREZE..., 2000).

Diante das possibilidades foi decidido pelo Conselho Nacional de Segurança o estabelecimento de um Bloqueio Naval, que por si apenas, não garantia a retirada dos mísseis que já estavam instalados em Cuba (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Não era difícil de imaginar que a percepção do imenso desequilíbrio do poderio nuclear, em favor dos EUA, poderia influenciar e acarretar numa tomada de decisão que acirrasse ainda mais o conflito com a ex-URSS, por exemplo, somente a Força Aérea possuía sob suas ordens cerca de 3.000 bombas nucleares (DOBBS, 2008).

Esta não era a vontade do Presidente Kennedy, que manifestou abertamente as suas preocupações com a conflagração de uma guerra nuclear, tendo em vista que tinha a apreensão de que uma ofensiva dos EUA à Cuba geraria um ataque soviético a Berlim e conseqüentemente uma guerra nuclear em que ambos os lados sairiam perdedores, estimando-se a extinção de uma centena de milhões de vidas estadunidenses. Assim, o Presidente decidiu por empregar o Bloqueio Naval (DOBBS, 2008).

Tal decisão levou em consideração que, dentre as possibilidades de emprego da força militar, como uma nova tentativa de invasão à Ilha, um ataque aéreo ou a execução de um Bloqueio Naval, a primeira seria fortemente impactada pela informação da existência em Cuba de 40.000 soldados soviéticos; a segunda, não garantiria a total eficácia, e poderia provocar Khrushchev a empregar o seu armamento nuclear; restando a terceira opção, aliada a atuação junto à ONU e na Organização dos Estados Americanos (OEA), visando a legitimar suas ações (DOBBS, 2008).

As vantagens do bloqueio sobre outras soluções potenciais eram óbvias, pois reforçava a determinação dos Estados Unidos de impedir a alteração do status quo e responsabilizava Moscou por novos desenvolvimentos. O bloqueio deu aos Estados Unidos claras vantagens militares, uma vez que a URSS não tinha meios na região para se contrapor a um bloqueio tão perto de bases em território americano e tão longe de suas próprias bases. O bloqueio poderia ter se tornado mais severo, aumentando a pressão sobre a URSS,



se incluísse a proibição entrada de todas as grandes cargas, como petróleo e produtos petrolíferos ou, no caso mais extremo, a proibição de qualquer coisa enviada para a ilha (MIKOYAN, 2012).

Com o intuito de demonstrar claramente a disposição para evolução das operações militares, bem como sua superioridade, foram mobilizados 200 mil integrantes das Forças Armadas dos EUA, tendo sido alocados na Flórida, mostrando-se prontos para uma possível invasão, além de centenas de caças desdobrados em aeroportos como ponto de partida para o lançamento de um ataque aos locais onde os mísseis já estavam instalados na ilha caribenha (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Destaca-se, que houve a preocupação de que o estabelecimento do Bloqueio Naval fosse claramente entendido pelos soviéticos, o que foi assertivo, tendo em vista que o representante soviético na ONU, Valerian A. Zorin (1902-1986), que acumulava o cargo de Presidente do Conselho de Segurança, foi notificado oficialmente das pretensões dos EUA de constituir um bloqueio de forma não irrestrita. Tal ação atingiu o efeito desejado, qual seja, o início de uma negociação (EUA, 2008).

Os EUA mostravam-se dispostos e prontos para a potencial escalada da crise, sem, entretanto, ter a intenção de ser o responsável pela sua deflagração. A Operação Quarentena foi apenas uma forma de emprego do poder naval. Diversas operações foram executadas dentro desta grande operação, como, por exemplo, a organização da defesa de Porto Rico, o reforço da Base Naval de Guantánamo empregando fuzileiros navais e evacuação de não combatentes (EUA, 2008).

O desenvolvimento tecnológico e o aprestamento das respectivas Forças Armadas foram decorrentes da corrida armamentista entre as superpotências, pois devido à constante possibilidade de emprego iminente, mantinham-se prontas, realizando vários exercícios e aumentando sua qualificação (UTZ, 1993). Por possuir uma Marinha operando em sua plenitude, os EUA foram capazes de consolidar a Operação Quarentena, empregando diversos Grupos-Tarefa.

No decorrer das três semanas iniciais de outubro, houve um aumento no fluxo de Navios militares estadunidense nos mares caribenhos e do Atlântico Ocidental, a estrutura organizacional das instituições de Defesa dos EUA proporcionou uma autonomia nas ações de sua Marinha, pois, mesmo antes da decisão política do seu emprego na crise, já existia um Comandante Militar responsável pela aérea que havia se antecipado em relação à crise,

posicionando a Força Naval no entorno dos mares caribenhos e do atlântico ocidental de forma discreta, sem causar alarde (UTZ, 1993).

Com a Força Naval praticamente operando no entorno da Ilha de Fidel Castro e o Presidente Kennedy afrontado com aumento dos recursos bélico nucleares que ameaçavam cada vez mais o território estadunidense, este decidiu-se pelo emprego da Força Naval, e anunciou a execução da Operação “Quarentena”, na qual o bloqueio naval entrou em vigor em 24 de outubro de 1962, assim, iniciava-se o jogo das negociações através do uso das forças navais convencionais. A Marinha dos EUA, que já estava com sua força em torno de Cuba, ativa suas Forças Tarefas (FT), a fim de executar as ações políticas determinadas no Plano da Operação.

Em 20 de outubro, a Marinha Norte-Americana formou a Força-Tarefa 135<sup>20</sup> (FT 135), que era composta pelos Grupos-Tarefa (GT) Enterprise e Independence, além de um grupo de apoio logístico. Tal FT foi formada no intuito de contribuir para impedir que Khrushchev decidisse realizar um ataque surpresa aos Estados Unidos, ou, caso isso falhasse, contra-atacar desencadeando uma devastação nuclear na União Soviética (UTZ,1993).

Quando o presidente dos Estados Unidos da América declarou a instituição do bloqueio naval, 26 navios mercantes soviéticos tinham Cuba como seu destino, inclusive o cargueiro *Leninsky Komsomol*, e localizavam-se dentro da linha de bloqueio. O navio transportava até treze bombardeiros Il-28 desmontados com suas peças no convés. Segundo a inteligência estadunidense, outros sete navios provavelmente transportavam carga militar (UTZ, 1993).

Para executar o Bloqueio Naval à ilha de Cuba, a Marinha dos EUA posicionou a leste da ilha caribenha a Força-Tarefa 136, composta por um porta-aviões, dois cruzadores, 22 destróieres e duas fragatas dotadas de mísseis guiados. Do ponto de vista militar, a maior ameaça a essa FT era a presença de cinco submarinos soviéticos da classe “Foxtrot” operando no oceano Atlântico, por isso, as unidades alocadas possuíam características e recursos antissubmarino (AS) (UTZ, 1993).

Outra importante interação ocorreu em 27 de outubro, quando o NM *Groznyy* se aproximou da linha de bloqueio. O navio estava carregado com amônia e, mesmo após a aproximação de navios da Força Naval estadunidense, não obedeceu às ordens de parada.

<sup>20</sup> A FT 135 era composta pelos Porta-Aviões Independence com *Carrier Air Group 7*, o Enterprise com *Carrier Air Group 6*, dois esquadrões *Destroyers*, um Navio Tanque e um de munição, além de dois grupos de esquadrões de ataque e de caças baseado em Roosevelt Roads (Porto Rico) (UTZ, 1993).

Ato contínuo, o Comandante da FT ordenou que seus navios carregassem seus canhões e ficassem prontos para realizar tiro de advertência, os disparos foram realizados com autorização do nível político. Após os disparos, o NM Groznyy parou seus movimentos e estabeleceu comunicação com Moscow, invertendo o rumo e se afastando da área em seguida (UTZ, 1993).

Tais situações contribuíram para o recrudescimento do nível de tensão entre as potências, de certa forma, impelindo os líderes dos EUA e da URSS a apressarem suas decisões.

Após 48 horas do início da Operação Quarentena, o primeiro-ministro Khrushchev enviou comunicado ao presidente Kennedy, concordando em manter seus navios fora da área de bloqueio. Simultaneamente, o então Secretário-geral da ONU, Sithu U Thant (1909-1974) propôs a interrupção da instalação dos mísseis em território cubano a Fidel Castro, assim como solicitou a suspensão temporária do bloqueio naval ao Presidente dos EUA (DOBBS, 2008).

O primeiro-ministro da URSS Khrushchev firmou acordo de retirada dos mísseis de Cuba, em contrapartida, recebeu a promessa norte-americana de não invasão à ilha de Cuba e a retirada dos mísseis Júpiter da Turquia. Desta forma, em 28 de outubro de 1962, os dois Estados selaram o acordo que deu fim à Crise (MIKOYAN, 2012).

Mediante o exposto, é possível inferir que Khrushchev considerou que os ganhos políticos, ao ceder às pressões norte-americanas e dando fim a crise, mesmo diante de uma aparente derrota militar, seria maior se comparado com a escalada para um conflito nuclear, o que inevitavelmente traria maiores perdas a todo o mundo.

Vimos, ao longo da narrativa histórica exposta, que os argumentos expostos pelos soviéticos para justificar o desdobramento de armas nucleares para Cuba, cujo objetivo principal era estabelecer um equilíbrio de forças na região do Mar do Caribe, assim, como os americanos fizeram na fronteira da ex-URSS com a Turquia, além de passar uma mensagem clara de que qualquer agressão contra Cuba significaria um ataque ao território estadunidense.

As ações no campo diplomático, juntamente a escalada militar na região do mar do Caribe, buscou aumentar o poder de barganha norte-americano através da demonstração de força, pois tornava clara a ameaça de um ataque às tropas soviéticas sediadas na ilha cubana. Assim diante de tal demonstração de força dos Estados Unidos, somada a crescente

pressão política, o líder soviético preferiu não arriscar e evitou o desastre que uma possível guerra nuclear traria.

Neste capítulo nos propusemos a fazer uma contextualização do período da Guerra Fria, onde se insere a Crise dos Mísseis de Cuba, apresentando desde seus antecedentes até o desfecho da contenda. Descrevemos de forma sucinta as operações desencadeadas por URSS e EUA dentro do espaço temporal proposto para este estudo, o qual abrange os meses de janeiro a novembro de 1962, apontando as motivações de cada potência e como cada uma atuou e buscou fazer prevalecer seus interesses.

Passaremos no próximo capítulo a desenvolver a comparação entre as ações de cada um dos países envolvidos na crise, URSS e EUA, com a teoria apresentada no capítulo 2 e verificar se estas possuem aderência com a Teoria de Coerção de Thomas Schelling.

## **4 A MANOBRA DE CRISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COERÇÃO**

Como exposto no segundo capítulo, a teoria da coerção de Thomas Schelling (1966) divide-se em duas componentes, a dissuasão e a compulsão. Esses elementos da coerção apresentam singularidades em alguns aspectos como tempo, movimento e propósito. No terceiro capítulo, observamos os principais fatos históricos da Crise dos Mísseis de Cuba, as suas causas e o desfecho, no qual a guerra foi evitada.

Neste capítulo, realizaremos a confrontação entre os capítulos anteriores, de forma a identificar os principais pontos de aderência entre a teoria da coerção e a realidade da crise pesquisada. Para tal, dividiremos o capítulo em quatro seções; na primeira analisaremos o emprego da dissuasão; na segunda apontaremos o emprego do Poder Naval e a sua contribuição para dissuasão; na terceira verificaremos a existência da compulsão e por último iremos comparar as características da diplomacia da violência com o objeto histórico selecionado.

### **4.1 O sucesso da dissuasão**

Ao identificar a ameaça do uso da força militar, ao longo das negociações diplomáticas, realizadas durante a Crise dos Mísseis de Cuba, percebemos um ponto de aderência com a teoria da coerção. A postura adotada pelos Estados Unidos, quando descobriu o desdobramento de mísseis balísticos da ex-União Soviética para a ilha de Cuba, deslocando parte de seu Poder Militar para a região do Mar do Caribe e estabelecendo um bloqueio naval, representou uma manobra coercitiva para alcançar os seus objetivos políticos.

Após perceber as características da coerção, ao longo da crise, observamos as duas componentes descritas no segundo capítulo. Primeiro, identificamos a dissuasão no deslocamento de armamento nuclear para a defesa de um aliado soviético, bem como um reforço da dissuasão nuclear soviética por meio da Operação Anadyr. Com a implantação dos mísseis balísticos, a mensagem a ser passada visava dissuadir os EUA de realizar novos ataques a Cuba, mantendo assim o *status quo* obtido com a revolução comandada por Fidel Castro. Nesse tocante, vale lembrar que a dissuasão apresenta um caráter defensivo, estático e visa impedir que o adversário realize um movimento que não é desejado.

Ademais, não há uma limitação de tempo definido à ameaça do uso da força, ela ocorrerá caso o oponente ultrapasse a barreira imposta.

Posteriormente, os EUA empregaram as modalidades de dissuasão e compulsão, a fim de influenciar a ex-URSS a retirar o armamento nuclear e material militar deslocado para a ilha caribenha e para evitar a entrega de mais itens ao arsenal soviético em Cuba.

Portanto, conforme visto ao longo da presente pesquisa, embora o envio de armamento nuclear a um aliado soviético fosse sem precedentes, a Operação Anadyr poderia ser considerada uma implantação defensiva em termos de contextos militares e políticos. Adicionalmente, percebemos que dentro da conjuntura da corrida armamentista empreendida durante a Guerra Fria essa ação representava um reequilíbrio na balança nuclear, pois colocava as duas potências em igualdade quanto aos sistemas de mísseis balísticos instalados nas proximidades de seus territórios.

Após o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, os EUA continuavam a planejar operações hostis contra Cuba e o governo de Castro. Durante a Crise dos Mísseis, antes do presidente Kennedy anunciar publicamente que os EUA cessariam as operações hostis contra no entorno da ilha da cubana, os responsáveis pelo planejamento destas operações não queriam que nenhum material militar soviético fosse deixado na ilha para o governo local, pois dificultaria as futuras ações norte-americanas. Neste ponto a Operação Anadyr alcançou com sucesso um de seus objetivos dissuasórios, o de proteger Cuba da ação contínua dos EUA (WILSON, 2018).

Por outro lado, o EUA, ao tomar conhecimento do arsenal nuclear soviético instalado em Cuba, optou pela realização de um bloqueio naval e uma abordagem diplomática com tom de ultimato, a fim de evitar a escalada das hostilidades até o conflito armado, de forma a dissuadir quanto a manutenção dos armamentos soviéticos e evitar o envio de mais itens para a ilha. Dessa forma, o bloqueio seria estritamente focado em interceptar armas oriundas da Ex-URSS, permitindo a passagem de itens vitais para a economia cubana, como por exemplo combustível (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

O desconhecimento do real objetivo político-estratégico de Moscou com a instalação dos mísseis em Cuba dificultou o processo decisório norte-americano. Em razão disso, as linhas de ação foram examinadas à luz dos possíveis interesses da Ex-URSS, em um contexto geopolítico amplo, como por exemplo, a defesa de Cuba; uma barganha com os mísseis Júpiter norte-americanos na Turquia e na Itália; a presença dos EUA na Baía de Guantánamo;

e a tensão em Berlim, que estava no epicentro de outra crise potencializada com o início da construção do muro (WILSON, 2018).

Assim, as características da compulsão e da dissuasão podem ser identificadas nas ações do bloqueio naval imposto pelos EUA, onde os navios da Ex-URSS que transportavam equipamento militar optaram por retroceder ao invés de tentar ultrapassar o bloqueio, diante da possibilidade da ameaça do uso da força, e pelo avanço nas negociações no nível político, quando Khrushchev recua, concordando em remover os mísseis em troca de uma promessa de Kennedy de não atacar Cuba.

Portanto, diante do exposto, atribuímos a presença de uma ameaça contundente como fator de sucesso para a dissuasão. Pelo lado soviético, o armamento desdobrado representava um risco ao território estadunidense em caso de ataque à Cuba. Pelo lado norte-americano, a demonstração de sua capacidade de prontamente estabelecer um bloqueio naval nas proximidades de Cuba representava uma ameaça crível às forças soviéticas em deslocamento para a ilha de Cuba.

#### **4.2 O emprego do Poder Naval na Crise dos Mísseis**

Ao analisarmos o emprego do Poder Naval na manobra durante a Crise dos Mísseis de Cuba, podemos separá-lo em três situações distintas. A primeira delas, o emprego pela ex-URSS, por meio da Operação Anadyr, quando o Poder Naval foi empregado na escolta dos diversos navios mercantes utilizados para o desdobramento do arsenal nuclear, armamentos convencionais e equipamentos militares para a ilha, cujo objetivo final, após a implantação do armamento, era dissuadir os EUA de realizar um ataque à Cuba. Podemos inferir nesta situação que o Poder Naval não estaria exercendo o esforço principal de dissuasão.

As demais situações, cabe ressaltar, ocorreram simultaneamente com a aplicação de forma direta do Poder Naval pelos EUA. Após descoberta do desdobramento dos armamentos soviéticos, o bloqueio naval estabelecido no entorno da ilha, apresentava o caráter passivo da dissuasão, cuja essência é a ameaça do uso da força caso o oponente ultrapasse o limite estabelecido. Já a postura ativa, característica da compulsão, é visualizada com a ameaça crível de um ataque a Cuba em caso de não retirada do arsenal desdobrado. Analisando o emprego do Poder Naval pelos EUA, desde o início das suspeitas da existência de armamento soviético em solo cubano que pudesse ameaçar a integridade

do território norte-americano a Marinha estadunidense iniciou a revisão de três planos operacionais<sup>21</sup> existentes e movimentou as Forças Navais nos mares do entorno de Cuba, a fim de assegurar o cumprimento de um desses planos e, conseqüentemente, construir a capacidade de empregar e manter a superioridade no controle do mar, em caso de acionamento da Força (UTZ, 1993).

Assim, o bloqueio naval imposto visava impedir a chegada de mais armamentos e material, dissuadindo a ex-URSS de manter o envio de itens para Cuba, bem como o posicionamento prévio das forças navais indicava a postura ativa, onde os exercícios militares conduzidos no entorno da ilha cubana, representavam um sinal de advertência para um possível ataque.

Dessa forma, ao analisarmos o emprego do Poder Naval pelos EUA na manobra de crise, verificamos que este colaborou para dissuadir a ex-URSS de manter o envio de material bélico para Cuba. Além disso, podemos perceber que o seu emprego com a finalidade de forçar a ex-União Soviética a retirar os mísseis nucleares depositados em território cubano, por meio da presença de uma grande força naval pronta para atacar o solo cubano, deixou de apresentar as características passivas da dissuasão e passou a ter características das ações ativas, propriedade da componente compulsão, as quais descreveremos na próxima seção.

### **4.3 Características da compulsão durante a Crise dos Mísseis**

No episódio da Crise dos Mísseis identificamos a componente da coerção, chamada de compulsão por Thomas Schelling (1966), na pressão exercida pelos EUA para convencer a ex-URSS a retirar os armamentos nucleares deslocados para a ilha de Cuba. Assim como a dissuasão obteve sucesso nos pontos analisados anteriormente, a compulsão obteve o resultado esperado de convencer a União Soviética a retirar os mísseis balísticos nucleares da ilha apenas por intermédio da ameaça do uso da força. Para validar essa afirmativa, vamos recorrer aos fatos históricos descritos no terceiro capítulo.

Antes de iniciar o confronto entre teoria e realidade, cabe lembrar as principais características da compulsão, que é uma ação de caráter ofensivo e dinâmico. Tem por

<sup>21</sup> Os Planos de contingência para Cuba eram; OPLAN 312 com objetivo ataques aéreo a Cuba; OPLAN 314 invasão em larga escala no território cubano e OPLAN 316 uma versão rápida do plano 314, um ataque aéreo, após cinco dias de preparação e em seguida um desembarque anfíbio aerotransportado (WALTER, 1992).



objetivo exigir que o oponente realize ou desfaça um movimento que seja favorável aos nossos interesses. Durante as negociações entre os envolvidos, a ameaça está limitada no tempo, funciona como uma última chance de o Estado visado cumprir as exigências. Por fim, pode-se empregar o uso da força de maneira limitada como instrumento de coerção.

O exemplo de compulsão encontrado no objeto histórico pesquisado ocorreu na condução da Operação Quarentena, a qual tinha como objetivo fazer com que a ex-União Soviética retirasse os mísseis nucleares do território cubano. Apesar de não haver uma data estabelecida para o término do bloqueio naval, a crescente pressão exercida pelos EUA, tanto no campo diplomático, quanto nas ações da força naval, apresenta conexão com uma das características da compulsão, o estabelecimento de um prazo para o adversário cumprir as exigências. Já a característica ofensiva foi observada na movimentação prévia das forças navais estadunidenses no entorno da ilha de Cuba que representava uma ameaça de ataque à ilha, tal movimento indicava que as forças soviéticas deveriam retirar o material nuclear ou sofrer as consequências.

Para tal, a demonstração de poder era necessária, não só para convencer Khrushchev a retirar suas tropas e armamento nuclear, mas também ser capaz de aplicar a punição em caso de não obediência. Diante disso, ao longo da crise, a Marinha dos EUA contou com mais de 60 navios, incluindo três Forças-Tarefa com aeronaves embarcadas. Os meios estavam distribuídos pelo mar do Caribe, no entorno de Cuba. O emprego do Poder Naval permitiu isolar a ilha, bem como garantir a força militar necessária para realizar um ataque ao território cubano caso necessário.

Por fim, a retirada pelos soviéticos dos mísseis nucleares do território cubano era a ação desejada, indicava desfazer um movimento já iniciado, alterar o status quo. Tendo em vista os argumentos apresentados, as similaridades entre teoria e realidade, para essa modalidade de coerção, foram: ameaça de usar a força bruta; apresentou uma postura ofensiva ao ameaçar um ataque ao território cubano em caso de não aceitação das exigências norte-americanas e a característica de ser uma ação dinâmica foi observada ao demandar que a ex-União Soviética desfizesse um movimento, ou seja, retirasse o armamento deslocado para a ilha.

Nesta situação em que analisamos a relação da compulsão com os acontecimentos da crise, observamos que todos os requisitos da coerção foram cumpridos. Culminando com a cessão da ex-União Soviética perante as ameaças impostas pelos EUA e preferiu não

escalar da crise para a guerra. Em virtude das evidências mencionadas, evidenciamos a utilização da compulsão ao longo da Crise dos Mísseis.

#### **4.4 O emprego da diplomacia da violência**

Durante o estudo teórico, vimos que a principal diferença entre a coerção e a força bruta reside no uso do poder militar para negociar um objetivo político ou simplesmente usar a força para conquistar. Com o propósito de sustentar a nossa análise, utilizaremos um exemplo dado por Thomas Schelling (1996). O autor descreveu que, durante a disputa por terras ocupadas por índios, a força bruta seria matá-los para usar as suas posses. Entretanto, matar apenas alguns índios para convencer os outros a aceitarem compartilhar as suas terras seria coerção. Essa diferença entre o uso da força para tomar algo e o seu uso ou ameaça de uso para coagir o outro lado a ceder, resultou na diplomacia da violência.

Ao analisarmos o objeto histórico sintetizado em nossa pesquisa, podemos observar que os EUA utilizaram a coerção contra a ex-União Soviética sem evoluir para a utilização da força bruta. Realizar a movimentação de sua força naval para o entorno da ilha de Cuba com o intuito de intimidar e conseguir vantagens ao longo das negociações para a retirada dos mísseis nucleares, mostrou a aplicação concreta da coerção.

Como vimos no segundo capítulo, a diplomacia da violência é uma aplicação diferente para a estratégia militar. É usar o Poder Militar para coerção e intimidação. Os instrumentos da guerra passaram a ser mais punitivos que aquisitivos. Sendo assim, durante a Crise dos Mísseis de Cuba, quando ocorre a cessão pela ex-URSS e seu líder decide pela remoção dos mísseis instalados no território cubano, evidencia-se o emprego da diplomacia da violência.

Notamos nos fatos históricos citados, que o uso limitado da força ou ameaça do uso foram utilizados para intimidar e influenciar a decisão do adversário, a fim de alcançar os objetivos políticos. Diante da aceitação dos termos propostos, durante a coerção, não foi necessário a aplicação da força bruta para punir.

O segundo momento da manobra de crise, os EUA, com a Operação Quarentena, empregaram as modalidades de dissuasão e compulsão, a fim de influenciar a ex-URSS a retirar o armamento nuclear e material militar deslocado para a ilha caribenha e evitar a

entrega de mais itens ao arsenal soviético em Cuba. As ações estadunidenses foram firmes e não deixaram dúvidas de que a força bruta seria empregada em caso de desobediência.

Assim, a modalidade compulsão da coerção teve todas as suas características utilizadas para persuadir o líder soviético a retirar o arsenal nuclear instalado em Cuba. Este ao analisar a tamanha diferença entre as forças soviéticas presentes no território cubano e as forças norte-americanas, e com os termos de acordo ajustados, quais sejam, a promessa de não ataque à Cuba e a retirada dos mísseis Júpiter da Turquia, acabou decidindo pela retirada de todo o armamento nuclear.

Sendo assim, concluímos que o Poder Político é o responsável em conduzir a manobra de crise, podendo ou não ceder diante da coerção do outro Estado, dependendo dos interesses envolvidos ou vantagens que acredita poder atingir.

Por fim, as características do Poder Naval, como permanência e mobilidade, foram mais bem visualizadas na aplicação por parte dos EUA durante a condução da Operação Quarentena a empregar suas forças navais de forma a atingirem seu objetivo político. Por parte da ex-União Soviética o Poder Naval foi empregado principalmente no esforço logístico que propiciou o atingimento de seus objetivos.

## 5 CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi analisar a Crise dos Mísseis de Cuba, que envolveu a ex-União Soviética e os Estados Unidos, o período estudado, sob a ótica dos fundamentos teóricos da coerção para usos diplomáticos, situou-se entre janeiro e outubro de 1962. Para alcançar o objetivo do trabalho, foi empregado como desenho de pesquisa o confronto entre a teoria e a realidade com o intuito de identificar a existência de pontos de aderência.

A questão central a ser respondida com esta pesquisa foi a de verificar os pontos de aderência entre a teoria da coerção desenvolvida por Thomas C. Schelling e as ações empreendidas por EUA e pela ex-URSS no desenrolar da Crise dos Mísseis de Cuba, bem como descrever as características dos elementos desta teoria observados na aplicação do Poder Naval por parte dos Estados envolvidos na contenda e como a coerção foi aplicada nesta disputa.

Da teoria da coerção de Thomas Schelling, destacamos os seus elementos fundamentais, sejam eles a coerção e seus componentes dissuasão e compulsão, além da diferença entre força bruta e coerção, bem como a definição de diplomacia da violência. A teoria analisada nos apresentou alguns aspectos importantes. O primeiro foi o emprego do Poder Militar na manobra de crise, especialmente o Poder Naval, cujas características de permanência, mobilidade, versatilidade e flexibilidade permitem a essa expressão militar do Poder Nacional ser utilizada como instrumento de barganha no campo diplomático.

Como um exemplo de sucesso do emprego do Poder Naval na crise estudada, podemos deduzir que ocorreu durante a condução da Operação Quarentena, quando um bloqueio naval foi imposto pelos EUA a fim de impedir a entrega de mais armamentos nucleares para a ilha de Cuba. O bloqueio naval contribuiu para impedir a chegada de mais material para compor o referido arsenal, e como veremos mais adiante, para influenciar a decisão do líder soviético.

Inferimos que com a implantação dos sistemas de mísseis nucleares em Cuba, o objetivo principal soviético era estabelecer um equilíbrio de forças na região do Mar do Caribe, assim como os americanos fizeram na fronteira da ex-URSS com a Turquia. Deixando uma mensagem clara de que qualquer agressão contra Cuba significaria um ataque ao território estadunidense. Com isso foi iniciada a Operação Anadyr para realizar implantação secreta dos mísseis e transferência maciça de tecnologia, equipamento e pessoal para Cuba.

Do outro lado, após o governo estadunidense ter tomado conhecimento do desdobramento para Cuba de mísseis nucleares soviéticos, é deflagrada a Operação Quarentena, para impedir a chegada de mais material militar à ilha cubana e são iniciadas as negociações com a exigência por parte dos EUA para a retirada dos mísseis nucleares do território cubano. O impasse político da Crise termina em 28 de outubro de 1962, quando após o recrudescimento das tensões, devido ao aumento da pressão imposta pelo bloqueio norte-americano à ilha de Cuba e a ameaça de um ataque à ilha, os líderes das superpotências chegam a um acordo.

Visando responder às questões da pesquisa, após o confronto entre a teoria e realidade, concluímos que a dissuasão deve ser acompanhada de uma mensagem explícita ao oponente que avançar sobre os limites impostos, por exemplo, as fronteiras do nosso Estado, trará consequências tão duras que não compensarão as possíveis conquistas. Dessa maneira, percebemos, as características da dissuasão na postura soviética que ao implantar seus mísseis em Cuba buscava a desestimular qualquer tentativa de invasão por parte dos EUA pela ameaça de um ataque nuclear ao seu território.

Adicionalmente, identificamos as características da compulsão e da dissuasão nas ações do bloqueio naval imposto pelos EUA, onde os navios da Ex-URSS que transportavam equipamento militar retrocederam ao invés de tentar ultrapassar o bloqueio, diante da possibilidade da ameaça do uso da força, e pelo avanço nas negociações no nível político, quando Khrushchev recua, concordando em remover os mísseis em troca de uma promessa de Kennedy de não atacar Cuba. Esses fatos nos remetem à importância de preparar o Poder Militar para que o próprio Estado decida como vai conduzir as suas negociações e interesses diante de um possível oponente.

Isto posto, concluímos que o Poder Político pode ou não ceder diante de uma força militar mais forte. A decisão dependerá das possíveis vantagens no campo político, mesmo que custe uma aparente derrota militar.

Assim, podemos afirmar que o propósito desta pesquisa foi atingido, todas as questões, central e complementares foram respondidas, ao encontrarmos aderência entre a teoria da coerção e a Crise dos Mísseis de Cuba. Notamos os principais pontos de aderência nas seguintes situações no desenrolar da crise político estratégica. As características da dissuasão em dois momentos distintos; com a implantação de armas nucleares soviéticas em Cuba, os EUA preferiram empregar um bloqueio naval ao invés de atacar diretamente o

território cubano e a decisão de alteração de rumo dos navios mercantes soviéticos evitando ultrapassar o bloqueio naval. Ambas foram exemplos de sucesso. As características ofensivas da compulsão visualizada na ameaça de um ataque à ilha para influenciar a ex-União Soviética a retirar os mísseis nucleares sem lutar. Como a crise foi resolvida pelo campo político, vimos que a diplomacia da violência ficou no nível da ameaça, não havendo deflagração do conflito, portanto não sendo empregada a força bruta para punição pela não obediência às exigências impostas.

A crise analisada, por sua vez, nos mostrou que os líderes políticos dos Estados precisam conhecer as suas reais capacidades militares, que combinadas com as vantagens idealizadas no campo político serão preponderantes para tomada de decisão. Como sugestão para futuras pesquisas, com o intuito de ampliar a aplicação dessa teoria, sugerimos realizar a comparação das características da coerção e suas componentes, defensiva e ofensiva, com outra manobra de crise em que não se tenha apresentado sucesso em evitar a guerra.

## REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham T.; ZELIKOW, Philip. **Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. 2 ed. New York: Addison Wesley Longman, 1999. 549 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Coordenação da tradução de João Ferreira. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 1299 p.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. 2. ed. - São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional, 2010. 313 p.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-305. **Doutrina Militar Naval**. Brasília: 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD 51 – M 04. **Doutrina Militar de Defesa**. 2 ed. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD 35-G-01. **Glossário das Forças Armadas**. 5 ed. Brasília: 2015.

CABLE, James. **Diplomacy at Sea**. London: Macmillan, 1985. 191 p.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2013. 305 p.

DOBBS, Michael. **One Minute to Midnight: Kennedy, Khrushchev and Castro on the brink of nuclear war**. New York: Alfred A. Knopf, 2008. 460 p.

EUA. Naval History and Heritage Command. **The Naval Quarantine of Cuba, 1962**. Washington, 12 mai. 2008. Disponível em <<https://www.history.navy.mil/research/library/online-readingroom/title-list-alphabetically/n/the-naval-quarantine-of-cuba.html>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GEORGE, Alexander L.; SIMONS, William E. **The Limits of Coercive Diplomacy**. 2 ed. Colorado: Westview Press, 1994. 310 p.

KENNEDY, Robert F. **Thirteen Days: A Memoir of the Cuban Missile Crisis**. New York: W. W. Norton & Company, 1971 192 p.

LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Introdução ao Estudo de História Militar Geral**. Resende: AMAN, 2015.

LUTTWAK, Edward N. **The Political uses of sea power**. Baltimore e London: The Johns Hopkins University, 1974. 79 p.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 479 p.  
MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea Power upon history 1660-1783**. New York: Dover Publications, INC., 1987. 557 p.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MIKOYAN, S.A., **The Soviet Cuban Missile Crisis: Castro, Mikoyan, Kennedy, Khrushchev and the missiles of November**/Sergio Mikoyan; editado por Sveltiana Savranskaya, Ed. Stanford University Press, 2012, 616 p.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN TOFT, Ivan M. **Princípios de relações internacionais**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 448 p.

MORGAN, Patrick M. **Deterrence Now**. New York: Cambridge University Press, 2003. 331 p.

PARSCH, Andreas. **Chrysler SM-78/PGM-19 Jupiter**. Directory of U.S. Military Rockets and Missiles. Munique, 2002. Disponível em: <<http://www.designation-systems.net/dusrm/m-19.html>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SHELLING, Thomas C. **Arms and Influence**. London: Yale University Press, 1966. 293 p.

STATEN, Clifford L. **The History of Cuba**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. 173 p.

TILL, Geoffrey. **Sea Power: a Guide for the Twenty-First Century**. 4 ed. London: Routledge, 2018. 477 p.

UTZ, Curtis A. **Cordon of Steel: The U.S. Navy and Cuban Missile Crisis**. Washington: Naval Historical Center Department of the Navy, 1993. 48 p.

WILSON, S. Gregory. **Strategic Analysis of Operation Anadyr**. 2018. 90f. Projeto (Mestrado em História) - Southern New Hampshire University, Pittsburgh, PA, 2018.



## ANEXOS

## ANEXO A



Figura 1 - Mapa preparado pela CIA para o Presidente J.F Kennedy, apresentando o alcance dos mísseis soviéticos instalados em Cuba.

Fonte: MIKOYAN. S.A, The Soviet Cuban Missile Crisis: Castro, Mikoyan, Kennedy, Khrushchev and the missiles of November, 2012.

## ANEXO B

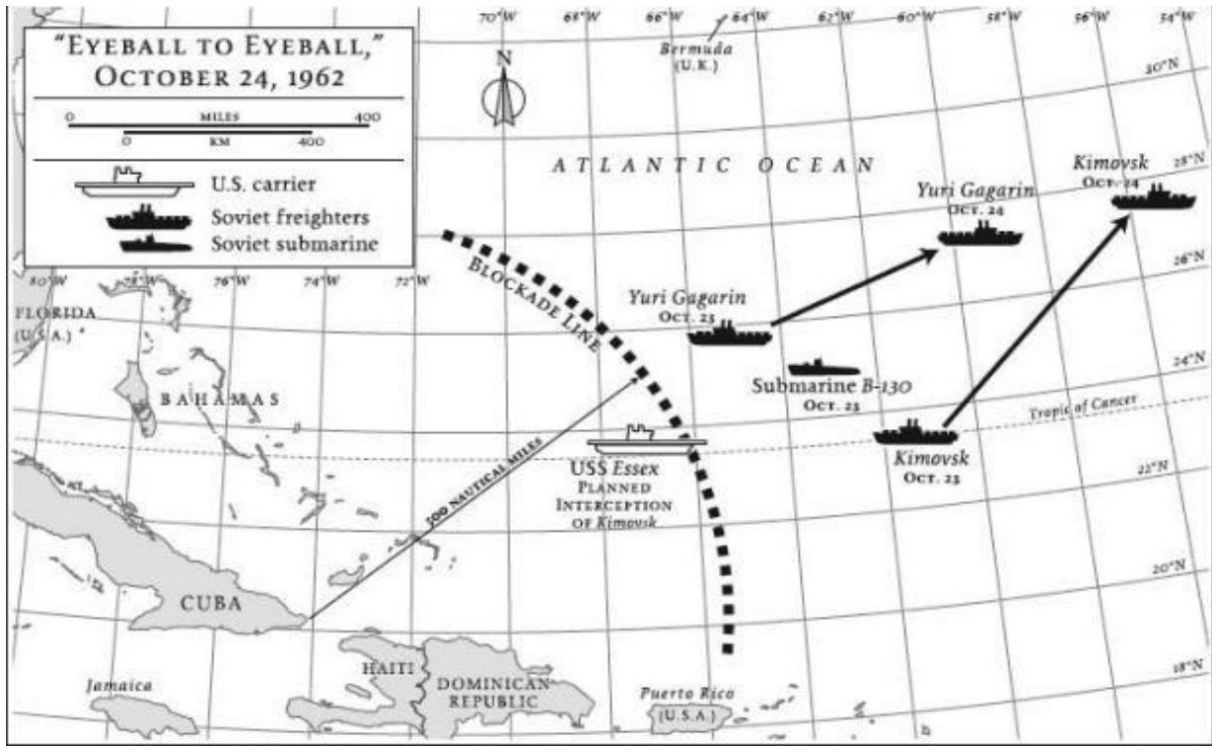


Figura 2 - Estabelecimento da linha de Bloqueio Naval

Fonte: DOBBS, Michael. One Minute to Midnight: Kennedy, Khrushchev and Castro on the brink of nuclear war, 2008.

## ANEXO C

### QUADRO 1

Relação do material transportado pelos navios soviéticos durante a Operação Anadyr

Descrição
Pessoal militar
Tanques T-34 e T-35
Peças de Artilharia
Sistemas de Mísseis Superfície-Ar S-75
Embarcações rápidas equipadas com míssil
Mísseis táticos de defesa de costa (carga nuclear)
Caças MiG-21
Caças MiG-19
Caças MiG-17
Caças MiG-15
Bombardeiros Il-28
Sistema de Mísseis Luna (carga nuclear)
Sistemas de lançamento Mísseis R-12 (IRBM)
Sistemas de lançamento Mísseis R-14 (MRBM)

Fonte: MIKOYAN. S.A, *The Soviet Cuban Missile Crisis: Castro, Mikoyan, Kennedy, Khrushchev and the missiles of November, 2012.*

## ANEXO D

## QUADRO 2

Controle dos navios mercantes com destino a cuba no período de 22 a 28 outubro 1962

<b>Navio Mercante</b>	<b>Ação tomada com o início do bloqueio naval</b>
<b>Soviético</b>	
Yuri Gagarin	Provavelmente tinha alterado o rumo ao meio-dia de 23 de outubro e estava a caminho da ex-URSS. Estava a cerca de 500 a 600 milhas náuticas de Cuba quando o curso foi alterado.
Kimovsk	Provavelmente alterou o rumo por volta do meio-dia de 23 de outubro e estava a caminho da ex-URSS. Uma comunicação interceptada indicou que estava a caminho do Mar Báltico. Estava a 700 a 800 milhas de Cuba alterou seu rumo.
Poltava	Provavelmente alterou o rumo por volta do meio-dia de 23 de outubro e agora estava a caminho do Mediterrâneo. Estava no meio do Atlântico quando se virou.
Metalúrgico Kurako	Provavelmente alterou o rumo por volta do meio-dia de 23 de outubro e agora estava indo em direção à Páscoa. Estava no meio do Atlântico quando guinou novamente.
Kislovodsk	Provavelmente alterou o rumo por volta do meio-dia de 23 de outubro e agora estava indo em direção ao Mar Báltico.
Dolmatovo	Provavelmente alterou o rumo por volta do meio-dia de 23 de outubro e agora estava indo em direção ao Mar Báltico.
Bolchevique Sukhanov	Provavelmente alterou o rumo por volta do meio-dia de 23 de outubro e agora estava indo em direção ao Mar Báltico.
Urgench	Voltava para o Mar Negro.
FizikVavilov	Deixou o Mediterrâneo por volta de 23 de outubro e voltou a entrar em 24 de outubro. Voltava para o Mar Negro.
Krasnograd	Saiu do Mar Báltico em 23 de outubro e retornou em 24 de outubro.
KhirugVishnevsky	Saiu do Mar Negro em 23 de outubro e voltou a entrar 20 horas depois no mesmo dia.
Okhotsk	Alterou seu rumo no Mediterrâneo em 23 de outubro e voltou para o Mar Negro.
Mednogorsk	Alterou seu rumo no Mediterrâneo em 23 de outubro e voltou para o Mar Negro.
Sergei Botkin	Alterou seu rumo no Mediterrâneo em 23 de outubro e voltou para o Mar Negro.

Fonte: <https://jfk14thday.com/tracking-soviet-ships-october-25/>. Acesso em 28 jul.2023.